

Autonomy
Cajamar Logística
Ltda.

**Quadros isolados dos
demonstrativos financeiros
em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
ANEXO A – Balanço patrimonial	6
ANEXO B – Demonstração de resultado	7
ANEXO C – Demonstração de resultado abrangente	8
ANEXO D – Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
ANEXO E – Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto	10
Notas complementares aos demonstrativos financeiros	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores e Cotistas da

Autonomy Cajamar Logística Ltda.

São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos os demonstrativos financeiros da Autonomy Cajamar Logística Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, apresentados nos Anexos A, B, C, D, e E, bem como as políticas contábeis significativas descritas no Anexo F.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, os demonstrativos financeiros da Empresa acima referidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis descritas no Anexo F.

Base para opinião com ressalva

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresenta na rubrica “Estoque” o montante de R\$ 69.083 mil e R\$ 67.344 mil (respectivamente), cujo saldo é oriundo da reclassificação da rubrica “Propriedades para investimento”, visto a intenção futura de venda do imóvel pela Empresa. De acordo com o CPC 28 – Propriedade para Investimento, uma reclassificação de “Propriedades para investimento” é somente permitida quando houver alteração do uso da propriedade. Apenas a alteração nas intenções da administração para o uso da propriedade não fornece evidência da alteração no uso. Consequentemente, nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Estoque” no ativo circulante está apresentado a maior em R\$ 69.083 mil e R\$ 67.344 mil, respectivamente, a rubrica “Propriedades para investimento” no ativo não circulante a menor no mesmo montante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria dos demonstrativos financeiros”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase - Base de elaboração dos demonstrativos financeiros e restrição sobre distribuição e uso

Chamamos a atenção para o Anexo F, que descreve a base de elaboração desses demonstrativos financeiros. Os demonstrativos financeiros foram elaborados a pedido da Administração da Empresa para cumprir exigências internas. Nosso relatório destina-se, exclusivamente, para utilização e informação da Empresa e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes além da Empresa. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelos demonstrativos financeiros

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dos demonstrativos financeiros, de acordo com as práticas contábeis descritas no Anexo F e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dos demonstrativos financeiros livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração dos demonstrativos financeiros, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando e divulgando, conforme aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dos demonstrativos financeiros, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria dos demonstrativos financeiros

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que os demonstrativos financeiros tomada em conjunto esteja livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base na referida demonstração financeira.


Como parte da auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nos demonstrativos financeiros, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo 09 de maio de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Thaís de Lima Rodrigues Leandrini
Contadora CRC-1SP280836/O-5

Anexo A

Autonomy Cajamar Logística Ltda.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	228	930	Fornecedores	5	7
Estoque	69.083	67.344	Impostos e contribuições recolher	23	19
Impostos a recuperar	12	10	Adiantamento de clientes	-	300
Total do ativo circulante	<u>69.323</u>	<u>68.284</u>	Total do passivo circulante	<u>28</u>	<u>326</u>
			Não-Circulante		
			Adiantamento de clientes	300	-
			Provisão para contingência	100	-
			Total do passivo circulante	<u>400</u>	<u>-</u>
Não-Circulante			Patrimonio Liquido		
Outros Créditos	17	19	Capital social	80.752	79.041
Total não circulante	<u>17</u>	<u>19</u>	Capital a integralizar	-	(190)
			Prejuízos acumulados	(11.840)	(10.874)
			Total do patrimonio liquido.	<u>68.912</u>	<u>67.977</u>
Total do ativo	<u>69.340</u>	<u>68.303</u>	Total do passivo e patrimonio liquido	<u>69.340</u>	<u>68.303</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante dos demonstrativos financeiros.

Anexo B

Autonomy Cajamar Logística Ltda.

Demonstração de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas operacionais		
Administrativas e gerais	(1.018)	(706)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	<u>(1.018)</u>	<u>(706)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>69</u>	<u>(1)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(949)</u>	<u>(707)</u>
Imposto de renda e contribuição social	(17)	(3)
Prejuízo do exercício	<u><u>(966)</u></u>	<u><u>(710)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante dos demonstrativos financeiros.

Anexo C

Autonomy Cajamar Logística Ltda.

Demonstração de resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo líquido do exercício	(966)	(710)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(966)</u></u>	<u><u>(710)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante dos demonstrativos financeiros.

Anexo D

Autonomy Cajamar Logística Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	79.041	(2.079)	-	(10.164)	66.798
Integralização de capital	-	1.889	(1.889)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.889	-	1.889
Prejuízo do exercício	-	-	-	(710)	(710)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	79.041	(190)	-	(10.874)	67.977
Aumento de capital	1.711	-	(1.711)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.711	-	1.711
Integralização de capital	-	190	-	-	190
Prejuízo do exercício	-	-	-	(966)	(966)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	80.752	-	-	(11.840)	68.912

As notas explicativas da Administração são parte integrante dos demonstrativos financeiros.

Anexo E
Autonomy Cajamar Logística Ltda.
Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício antes do IR e CS	(949)	(707)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
atividades operacionais:		
Provisão para contingência	100	-
	<u>(849)</u>	<u>(707)</u>
Variações nos ativos e passivos		
Aumento / (redução) em estoque	(1.739)	(568)
Aumento / (redução) em impostos a recuperar	(2)	(1)
Aumento / (redução) em outros créditos	2	(4)
Aumento / (redução) em fornecedores	(2)	(60)
Aumento / (redução) em impostos e contribuições a recolher	4	5
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17)	(3)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(2.603)</u>	<u>(1.338)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	1.711	-
Integralização de capital social	190	1.889
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>1.901</u>	<u>1.889</u>
Aumento/ (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>(702)</u>	<u>551</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	930	379
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	228	930
Aumento/ (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>(702)</u>	<u>551</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante dos demonstrativos financeiros.

Anexo F

Notas complementares aos demonstrativos financeiros

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Autonomy Cajamar Logística Ltda. (“Empresa”) é uma sociedade limitada constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço do escritório é na Av. Nações Unidas, n°. 14.171 - Rochaverá Corporate Towers - Marble Tower - 8º andar, Conj. 802 - São Paulo/SP.

A Empresa foi constituída em 26 de Junho de 2008, possui prazo de duração indeterminado e tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócio, acionista ou quotista.

Em fevereiro de 2008 foi adquirido um terreno em Cajamar, com um investimento total de R\$ 17.000. Esta aquisição marca a entrada da Empresa no mercado de imóveis destinados à operação logística (galpões, armazéns, centros de distribuição e condomínios logísticos). O terreno de Cajamar está sendo desenvolvido em duas fases onde se formará um complexo logístico. A ação civil pública que está em curso aguarda decisão sobre o recurso do Ministério Público, podendo ou não ser recebida pelo Superior Tribunal de Justiça para julgamento.

2 Base para preparação dos demonstrativos financeiros

As demonstrações financeiras foram elaborados de acordo com os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), referidos como (BR GAAP).

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional da Empresa.

A Administração da Empresa autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 09 de maio de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

a. Base de mensuração

Os demonstrativos financeiros foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) que foram mensurados a valor justo.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Esses demonstrativos financeiros são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dos demonstrativos financeiros de acordo com as normas dos CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativa a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

Provisões e contingências

A Empresa está sujeita no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidas contra a Empresa poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

A Empresa é periodicamente fiscalizadas por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Empresa e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Impostos

A Empresa constituiu provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de revisões por parte das autoridades fiscais. O valor destas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de revisões fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Empresa tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Provisão para o valor realizável líquido

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A avaliação é realizada por meio de laudos elaborados por terceiros, o qual em sua elaboração envolvem critérios subjetivos ou incertezas que exigem julgamento.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesses demonstrativos financeiros.

a. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são apresentados seguindo o regime da competência.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre contas a pagar, líquidas de eventual desconto a valor presente. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis a qualquer prazo e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são registradas ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

c. Estoques

São avaliados ao custo de construção ou aquisição, ou valor de mercado, dos dois o menor e estão compostos por terrenos, custos de construção, que são formados por gastos vinculados ao desenvolvimento do projeto imobiliário, materiais, mão de obra aplicada e outros correlatos.

Quando o custo de construção dos imóveis a comercializar exceder o fluxo de caixa esperado das suas vendas, concluídas ou em construção, uma perda de redução ao valor recuperável é reconhecida no período em que foi determinada que o valor contábil não será recuperável. Os saldos em aberto nas datas de encerramento dos balanços não excedem os respectivos valores líquidos de realização.

A classificação de estoques entre circulante e não circulante é realizada pela Administração com base na expectativa de prazo para venda do empreendimento imobiliário. A Administração revisa periodicamente as estimativas de venda.

d. Ativos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessária, é constituída no montante considerado suficiente pela administração, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

e. Avaliação do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. No estudo elaborado pela administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos são acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pela sistemática do lucro presumido para fins de tributação, calculados sobre a base de 32% sobre a receita operacional bruta acrescida das receitas financeiras, aplicando-se sobre esses montantes as alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a parcela que exceder R\$240 (anual), para o imposto de renda e, 9% para contribuição social.

i. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar e são classificados como empréstimos e recebíveis. Os passivos financeiros representados por contas a pagar são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado.

i.1 Ativos financeiros não derivativos

(i) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

i.2 Passivos financeiros não derivativos

(i) Custo amortizado

A Autonomy reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência de perda no seu valor recuperável. A política da provisão para perda, considera o comportamento do fluxo financeiro de cada cliente para a determinação da perda esperada do contas a receber. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável, exceto imposto de renda e contribuição social diferidos. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

* * *

Diretoria

Roberto Miranda de Lima
Diretor Presidente

Fabio Inacio de Carvalho
Diretor

Fernando Lucas Correa da Silva
Contador CRC SP262012/O-1